

LÍNGUAS PLURICÊNTRICAS

Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas
Linguistic Variation and Sociocognitive Dimensions

PLURICENTRIC LANGUAGES



Augusto Soares da Silva
Amadeu Torres
Miguel Gonçalves
(Orgs.)

Publicações da Faculdade de Filosofia
Universidade Católica Portuguesa
Braga 2011

Ficha Técnica

Título / Title: **Línguas Pluricêntricas**
Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas
Pluricentric Languages
Linguistic Variation and Sociocognitive Dimensions

Organizadores / Editors: Augusto Soares da Silva • Amadeu Torres • Miguel Gonçalves

Edição: ALETHEIA – Associação Científica e Cultural
Faculdade de Filosofia
Universidade Católica Portuguesa
Praça da Faculdade de Filosofia, 1
4710-297 BRAGA
Tel. 253 208 080 / Fax 253 213 940
<http://www.facfil.braga.ucp.pt>

Tiragem: 250 exemplares

Outubro 2011

Design da capa: Whatdesign, Lda. - Braga

Execução gráfica: Tipografia Abreu, Sousa & Braga, Lda - Braga

ISBN: 978-972-697-201-3

Depósito Legal: 332987/11

Measuring the lexical distance between registers in national varieties of Dutch TOM RUETTE, DIRK SPEELMAN and DIRK GEERAERTS	541
Pluralidades na cor: contrastando a língua do Brasil e de Portugal DIANA SANTOS, ROSÁRIO SILVA e CLÁUDIA FREITAS	555
Para a abordagem socioletométrica do pluricentrismo do português europeu e brasileiro: dos indicadores lexicais aos construcionais e atitudinais AUGUSTO SOARES DA SILVA	573
O uso do <i>onde</i> e de localizadores em correspondências de professores da Bahia oitocentista: evidências da norma lusitana ou do português brasileiro? EMÍLIA HELENA PORTELLA MONTEIRO DE SOUZA	593
Restrições sintáticas em torno dos substantivos deverbais no português do Brasil JANDERSON LEMOS DE SOUZA	607
Parte / Part IV	
Representação da variação linguística pluricêntrica e atitudes	
Representation of pluricentric linguistic variation and attitudes	
Mecanismos cognitivos e humor: uma atitude linguística que pressupõe a inteligibilidade mútua TERESA ADÃO e ANA OLIVEIRA	617
<i>Iá-bué-shotgun-matrix</i> . A (small) road map to European Portuguese youngspeak MARIA CLOTILDE ALMEIDA	627
Indeterminação do sujeito e percepção de anúncios publicitários GIOVANNA IKE COAN	639
Is customer king? Asymmetry in the Austrian economy language CHIARA MESSINA	653
Variação fonológica: o indivíduo e o léxico como atratores na perspectiva dos sistemas complexos MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA	669
Pluricentrismo na arena linguística MARILZA DE OLIVEIRA	681
A ordem de constituintes sentenciais no Português Brasileiro e Europeu do século XIX PRISCILLA BARBOSA RIBEIRO	695
Representações de alunos no final de escolaridade obrigatória acerca da diversidade intralinguística do Português SARA SOUSA, SUSANA SENOS, HELENA ARAÚJO E SÁ e ANA RAQUEL SIMÕES	705
Lista de autores / <i>List of contributors</i>	719

O uso do *onde* e de localizadores em correspondências de professores da Bahia oitocentista: evidências da norma lusitana ou do português brasileiro?

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Abstract

This article deals with the results of a survey on letters among Bahia primary school teachers in the second half of the 19th century, more precisely from 1880 to 1889, about the *onde* and its correlative entities (*aonde*, *de onde*, *para onde*, *por onde*), as well as the relative pronouns *que/qual* preceded by a preposition. We intend to investigate which linguistic standard is evident in these teachers' correspondence. The following aspects were taken into consideration: social ones, like the teachers' academic background and linguistic ones, such as the variation between the two systems, what the grammars from the 19th and the 20th centuries say about these grammatical items, the issues around cultural written norms in the second half of the 19th and the Brazilian Portuguese. The starting point is the following hypothesis: despite the poor teachers' background in the second half of the 19th century, there was a predominance of the Portuguese cultural standard; however, some Brazilian Portuguese trends could be noticed in relation to the interchangeable use of such items. This hypothesis is supported in the first phase of the research (1880-1881) where such uses are noticed. The results confirm the hypothesis and are discussed in a historical social perspective, showing the role of the school in setting the rules, considering the intensified linguistic standardization in the second half of this century, as well as the tendency to variation noticed in the *corpus* mentioned above: tenuous but meaningful.

Keywords: *onde* and its correlative entities, primary teachers, *que/qual* preceded by a preposition, correspondence, variation, XIX century

1. Introdução

Este texto traz resultados da continuação de uma pesquisa num *corpus* constituído por correspondências manuscritas por professores públicos primários da Bahia, dirigidas ao Diretor da Instrução Pública, em sua grande maioria, na segunda metade do século XIX, mais propriamente entre os anos de 1880 e 1889, no período do Império. Pretendeu-se verificar, a partir do uso dos localizadores, *onde* e correlatos (*aonde*, *de onde*, *para onde*, *por onde*), *que* e *o qual* preposicionados – sistema esse que se encontra em variação com o *Onde* e correlatos, qual norma lingüística se evidencia nessas correspondências escritas. Toma-se como ponto de partida teórico para as discussões desenvolvidas, o que propõem Mattos e Silva (2008); Pagotto (1998, 2001); Faraco (2008), dentre outros, sobre a formação do português culto brasileiro.

Para Mattos e Silva (2008: 16), o português europeu é o antecedente histórico do português culto brasileiro. Esse português começaria a definir-se, na segunda metade do

século XVIII, a partir da política pombalina em relação à língua portuguesa, que passou a ser objeto de ensino sistemático no Brasil. Mesmo considerando esse marco histórico, Mattos e Silva propõe que se recue ainda mais no tempo, voltando-se para o português europeu, entre o século XVI e o século XIX, período “geralmente designado de *português clássico* ou de *português moderno*, na tradição dos estudos filológicos sobre a língua portuguesa” (*Ibid.*: 17).

Em todo o processo de constituição do português culto brasileiro é digno de registro o destaque que é dado pela historiografia, pela linguística, à segunda metade do século XIX, quando a elite letrada brasileira toma, como modelo de escrita, o padrão culto escrito do português europeu. A fixação dessa norma envolve questões de natureza social, de identidade cultural. Pagotto levanta como hipótese o fato de que

o processo de europeização da língua seria o correlato lingüístico de outros processos de europeização da vida nacional, que atenderia ao intento das elites de cunhar uma certa imagem de nação [...]. (2001: 41)

Enquanto a elite letrada brasileira se voltava para uma lusitanização da escrita, perseguindo um ideal de norma, os vernáculos tanto do português brasileiro, quanto do português europeu seguiam caminhos diferenciados, em muitos aspectos de sua gramática (cf. Tarallo 1996). Pode-se afirmar que, especialmente, a década de 80 do século XIX é bastante significativa, tanto para a fixação dessa norma culta escrita,¹ tanto para as mudanças ocorridas no português brasileiro.² São dois processos em constituição, nesse período, seguindo rumos opostos, um relativo à norma culta escrita, outro relativo ao vernáculo brasileiro.

São, portanto, objetivos deste trabalho, verificar a norma linguística utilizada pelos professores, em suas correspondências, e, em relação aos localizadores, verificar a frequência de uso e seus valores. Como metodologia, após o levantamento dos dados, os resultados vão ser discutidos, tendo em vista a prescrição gramatical dos séculos XIX e XX, estudos descritivos e questões relativas à variação.

2. Fenômeno lingüístico

Em estudo diacrônico, em que toma as duas constituições brasileiras, a do Império, 1824 e a da República, 1891, Pagotto (1998) analisa alguns usos lingüísticos, dentre eles o do *onde* e do *aonde*. Seus resultados apontam diferenças entre essas duas constituições,

1. Confira-se o que diz Faraco (2008: 126): “A década de 1880 será o momento do mais significativo avanço da lusitanização da norma escrita.”

2. Tarallo (1996) identifica mudanças substanciais no português brasileiro, em face ao português europeu: “[...] no conjunto de dados diacrônicos, por volta de 1880, acontece uma mudança no sistema pronominal [...]” (p. 84). “Esta mudança no sistema pronominal está relacionada com uma diferenciação geral entre os dois dialetos: [...]” (p. 85).

no que se refere ao padrão normativo, ao considerar que o primeiro documento teria sido redigido seguindo-se as normas de uso do português clássico,³ e o segundo do português moderno,⁴ sob a influência das novas normas do padrão culto escrito, de caráter lusitanizante. Dentre os fenômenos lingüísticos observados, está o uso do *onde* e do *aonde*, nas duas constituições. Assim pronuncia-se o Autor:

A constituição do Império apresenta quase categoricamente a forma *aonde* em contextos onde a atual norma culta prescreve *onde*, que é a forma empregada na constituição republicana. (p. 52)

Se as discussões sobre as diferenças do português do Brasil face ao de Portugal já tinham se iniciado na primeira metade do século XIX, destacando-se, em especial, mudanças no campo fonológico e lexical no português brasileiro (Pinto 1986), é na segunda metade que recrudescem as discussões sobre a língua portuguesa do Brasil, não só sobre a própria denominação (Pagotto 2001: 43), como, de forma mais acirrada ainda, sobre sua modalidade escrita.

Ao se saber que a escola é um dos agentes de veiculação do padrão normativo, as questões que se colocam, desde o início da pesquisa, são: que norma é esta que se evidencia na escrita desses professores do final do século XIX? Estão os usos em consonância com o padrão normativo de caráter lusitanizante, recém-adquirido, ou seguem os do português brasileiro culto, incorporadas também as novas tendências?

Para o estudo do fenômeno lingüístico, objeto da pesquisa, foi constituído inicialmente um *corpus* dos anos de 1880 e 1881, depois esse *corpus* foi ampliado, perfazendo-se a década de oitenta. Como resultado do primeiro levantamento, observa-se que os usos estão mais em consonância com o padrão normativo de caráter lusitanizante do que com os do português brasileiro. Segundo os estudos de Pagotto (1998), Souza (2003, 2007), dentre outros autores, há uma significativa variação, no português brasileiro, no período clássico, entre *onde* e *aonde*; também se verificam usos do *onde* ou do *aonde* para fazer a referência de nomes de valor nocional ou temporal. Na escrita dos professores, há um uso quase categórico do *onde* indicando espaço físico, e quando a referência é a Tempo ou a Noção, a opção é sempre por *em que* e *no qual*. O apagamento da preposição diante do *que*, nos casos de *em que*, por exemplo, como uma tendência de uso do português brasileiro, é de baixíssima frequência. Como hipótese tem-se que os dados dos anos seguintes, que vão de 1882 até o final da década de oitenta, não apresentam alteração significativa nesse quadro.

3. Tarallo (1990: 83) sintetiza o que diz Câmara Júnior (1976), sobre os períodos em que se pode dividir a língua portuguesa: “[...] com base em dados da língua escrita, pode-se dividir a língua portuguesa em dois períodos: 1. período arcaico: até o século XV; 2. período moderno, compreendendo: período moderno clássico: séculos XVI e XVII; período moderno pós-clássico: séculos subseqüentes.”

4. Segundo classificação de Câmara Júnior (1976), pode-se entender como uma referência ao português pós-clássico.

As correspondências dos professores primários, como *corpus* constituído, se acham localizadas no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Esses documentos são dirigidos ao Diretor Geral da Instrução Pública, em quase sua totalidade. As correspondências têm como teor informar assunção de cargo ou remoção, solicitar recursos diversos, como materiais de ensino, livros, lousa, mobiliário, também para fazer queixas, de toda ordem, etc. Constituem uma fonte de informação sobre o funcionamento das escolas, sobre o papel do professor, sobre o relacionamento que esses professores têm com o poder constituído.

3. Professores primários – formação

O século XIX foi marcado pelo investimento dos governos nos sistemas de ensino, principalmente o primário. Foram muitos decretos, resoluções que legislaram sobre a escola, sobre a formação dos professores, sobre métodos de ensino. Muitas dessas leis expressaram o ideal iluminista de educação para todos, também o ideal civilizatório, através da educação. A execução, entretanto, ficou longe do proposto, tornando-se muitas delas inócuas diante das condições reais da Província, no caso da Bahia.

A primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, determinava a gratuidade do ensino primário, mas uma atenção maior só veio a ser dispensada três anos depois, com a Lei Geral do Ensino, promulgada em 15 de outubro de 1827, que determinava que, em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, houvesse as escolas de primeiras letras que fossem necessárias. Essa mesma lei preconizava que os professores deveriam ser admitidos por exame, em caráter vitalício; também que deveria haver professoras para meninas, onde fosse necessário, dentre outras determinações relativas ao ensino. Essa lei não alcançou os resultados pretendidos, pela falta de professores qualificados para ensinar, atingindo o ensino todas as cidades, vilas e lugares populosos (Nunes 1999: 3).

O Ato Adicional de 1834 descentralizou o poder, criando as Assembléias Legislativas Provinciais, passando a cada província a responsabilidade pela instrução primária e secundária, o que veio trazer grandes benefícios para a Província da Bahia, como a criação, logo em 1836 (Lei n.º 33, de 19 de março), do Liceu Provincial da Bahia, um estabelecimento de ensino secundário e, neste mesmo ano, a Escola Normal da Bahia (Lei n.º 37 de 14 de abril). A Escola Normal só passou a funcionar em 1842.

Somente com a Lei de 1836, prevendo-se desde já o funcionamento da Escola Normal, passou-se a exigir a formação dada por ela, incluindo aqueles que já eram professores. Desde que convocados pelo Presidente da Província, esses deveriam freqüentá-la e serem submetidos a exame. Antes disso, o pré-requisito para atuar como professor era ser concursado (Nunes 2008: 125, 130-131).

Inicialmente, a Escola Normal foi aberta apenas aos homens. Tinha a duração de um ano. Em 1850, com a demanda de meninas por escolas, criou-se a Escola Normal para Senhoras, que funcionava no mesmo prédio da Escola de Homens e era submetida à mesma

direção. A partir daí, tanto a duração do curso das escolas normais, quanto sua natureza, internato ou externato, foram se alterando. Só a partir de 1881 é que cada Escola Normal passou a ser apenas externato e ter curso de 3 anos (Nunes 1999: 8-11).

Desde a década de 60, foi registrado um aumento da procura pelo magistério por parte das mulheres. Isso ainda não proporciona um número suficiente de professores formados, para atender às necessidades da Província. Diante dessa situação, o governo, na década de 70, passou a permitir que fossem admitidos professores não graduados pela Escola Normal, tornando não obrigatória a apresentação de diploma de aluno-mestre para o magistério em cidades do interior.⁵

Muitas foram as leis que regulamentaram o funcionamento da Escola Normal, ao longo do século XIX. Foram tentativas de adequação às mudanças sociais que foram ocorrendo ao longo do tempo, mas a legislação não foi suficiente para resolver as questões sociais da Província e mesmo as condições que eram dadas aos professores.

4. Os localizadores e as gramáticas

O *onde* e correlatos – *aonde, de onde, para onde, por onde* – e o *que* e o *qual* preposicionados são elementos gramaticais que encabeçam orações adjetivas. O valor locativo desses elementos pode ser uma referência a um uso mais concreto ou mais abstrato, como o valor temporal e nocional. Considerando-se os dois sistemas, verifica-se que, embora em variação na língua, a tradição gramatical prescreve normas para estabelecer os seus usos. Portanto, vão-se tomar gramáticas prescritivas dos séculos XIX e XX, verificando o que dizem sobre esses localizadores; em seguida, o que dizem os estudos descritivos.

A gramática de Ernesto Carneiro Ribeiro, *Grammatica Portugueza Philosophica*, de 1881, na classe dos pronomes, só são considerados os pessoais. Assim diz o autor:

Vê-se, portanto, que só merecem o nome de pronomes os que os grammaticos denominão pessoaes, a que chamaremos simplesmente pronomes. A distinção dos pronomes possessivos, demonstrativos, relativos e indefinidos é completamente falsa [...]. (pp. 174-175)

Os demais pronomes pertencem à classe dos adjetivos. Os relativos se inserem na classe dos adjetivos demonstrativos conjuntivos. São *que, o qual, a qual, os quaes, as quaes, cujo, cuja, cujos, cujas* (*Ibid.*: 223).

O *onde* pertence à classe dos advérbios. Os correlatos do *onde* fazem parte das fórmulas adverbiais. Diz o autor: “Das fórmulas adverbiais temos exemplos nas locuções: *donde, por onde, aonde, para onde* [...]” (*Ibid.*: 340). Carneiro Ribeiro apresenta casos de variação de *donde* por *onde*, que ocorriam nos clássicos, “como fez Lucena” dizendo:

- (1) *Fortaleza donde deixassem navios que vigiassem a costa* “em lugar de *onde deixassem* etc.” (*Ibid.*: 352).

5. Cf. Relatório de Diretoria de Instrução Pública de 1870.

Também o uso por “nossos escriptores esse mesmo advérbio *onde* em vez do adjectivo conjuntivo *que* [...]”.

- (2) *Aquelles cavalleiros donde vos vindes, isto é, descendeis.* (Barros).
- (3) *Eu chamo vulgo onde há baixos sentimentos.* (Ferreira) (*Ibid.*: 352)

As observações de Carneiro Ribeiro sobre o emprego de *donde* por *onde*, pelos clássicos, evidencia a variação ainda existente, nesse período, entre essas duas formas, demonstrando ser ainda considerado o *onde*, a partir de seu antigo valor assumido pelo *de onde*; também usos do *onde* e correlatos, pelos escritores, em contextos em que se empregaria o *que*. Sobre essa última observação, são usos hoje comuns no português brasileiro.

Nos *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa*, de 1890, Carneiro Ribeiro mantém a mesma classificação para os relativos, também para o *onde* e as chamadas fórmulas adverbiais. O Autor chama atenção sobre o uso do *onde* pelos escritores (*Ibid.*: 308): “Uso é dos nossos escriptores empregar o advérbio *onde* pelo adjectivo conjuntivo, já em relação às coisas, já com referencia às pessoas.” Apresenta os seguintes exemplos:

- (4) *Há um iman invencível que nos liga à terra onde nascemos, “isto é, em que nascemos.”*
- (5) *Eu chamo vulgo onde há baixos intentos.* (Ferreira). “Isto é aquelles em que há baixos intentos.”
- (6) *Aquelles cavalleiros donde vós vindes.* (Bernard). “Isto é, de quem descendeis.”

Ressalta o autor que os latinos empregavam o *unde* de forma idêntica, assim como também o fazem os franceses.

Vê-se que Ernesto Carneiro Ribeiro apresenta casos de variação de formas, demonstrando no texto dos escritores, típicos usos do português clássico.

Na gramática de João Ribeiro, *Exame de portuguez. Lições de grammatica portugueza* (1887: 43-44), os adjetivos são divididos em nominais ou qualificativos e pronominais ou determinativos. Os adjetivos determinativos são considerados, simultaneamente, adjetivos e pronomes, sendo as funções determinadas pelo contexto. Ao tratar dos pronomes (*Ibid.*: 48), faz referência apenas aos pessoais. O *onde* está na classe dos advérbios. Ao se referir às cláusulas subordinadas adverbiais dá exemplo das referentes a lugar (*Ibid.*: 167, 168):

- (7) *No baile onde te divertias havia numerosos convidados.*

João Ribeiro, na *Grammatica Portugueza. Curso Superior* (1905), na sua 12.^a edição, também inclui os pronomes na classe dos adjetivos determinativos. Quando trata da sintaxe do substantivo e do adjetivo (*Ibid.*: 170), o autor diz: “Note-se ainda no uso dos relativos: a) A equivalência de *onde*, *por onde*, *em que*, *no qual*, *do qual*, *pelo qual* etc.”:

- (8) *Os valles onde (nos quaes) nunca soara a voz humana.* (Herc., Eur., II)

b) “No portuguez antigo o uso de *onde* era muito mais extenso, como se vê da edição do Graal”.

(9) *Aquelle cavalleiro onde me tanto falou.* (53)

(10) *Era Galvam tal homem onde se nam poderia vingar.*

Na Gramática de Júlio Ribeiro, *Grammatica Portugueza* (1891), os relativos pertencem à subclasse dos adjetivos determinativos, que são também denominados de pronomes adjetivos. “A etimologia dos pronomes adjetivos é a mesma que a dos adjetivos determinativos” (*Ibid.*: 180)

A *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida (1955), 7.^a edição, apresenta os relativos como adjetivos determinativos conjuntivos. (*Ibid.*: 124). O *onde* está na classe dos advérbios. O advérbio está dividido em simples e conjuntivo, o *onde* pertence aos conjuntivos (*Ibid.*: 261).

Em nota, o autor diz que o *onde* é advérbio pronominal relativo, com antecedente expresso ou latente. Opõe o *onde* ao *aonde*: o *onde* indica estada ou permanência “em” um lugar, o *aonde* indica movimento “para” um lugar (*Ibid.*: 262).

No capítulo em que trata do período gramatical, mais precisamente das proposições subordinadas, diz sobre a relativa: “[...] quando se liga por *pronome, adjetivo* ou *advérbios relativos* ou *conjuntivos* as subordinadas *relativas* são sempre subordinadas adjetivas, por exemplo”:

(11) *Os dias que (= os quais) correm são perigosos;*

(12) *É formoso o pais onde (= em que, no qual) nasceste.* (*Ibid.*: 423).

A partir dos exemplos dados, observa-se que o *que* varia com o *qual*; e o *onde* com *em que, no qual*.

Nas gramáticas normativas mais atuais, inclui-se o *onde* na classe dos pronomes e dos advérbios, sendo considerado por alguns gramáticos como advérbio relativo, como Cunha e Cintra (1985: 342).

Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2005: 487), ao tratar do emprego do *onde* e correlatos, nas referências a lugar, prescreve o uso dessas formas, e não de suas variantes. Observe-se: “Em lugar de *em que, de que, a que*, nas referências a lugar, empregam-se respectivamente, *onde, donde, aonde* (que funcionam como adjunto adverbial ou complemento relativo).”

Ao tratar do emprego do *onde* e do *aonde*, Bechara (*Ibid.*: 87-8) estabelece distinções: o *onde* está indicado para a idéia de repouso e o *aonde* para a de movimento.

Neves (2000: 239), em sua *Gramática de Usos do Português*, de cunho descritivo, apresenta como pronomes relativos as formas invariáveis: *que, quem, onde* e *como*; e as formas

variáveis: *qual, quanto, cujo*. O *onde* também pertence à categoria dos advérbios, mas como advérbio interrogativo).

Neves faz o registro de alguns usos, com estruturas relativas, que são típicos do português geral brasileiro. Por exemplo, pronome relativo precedido de preposição, com função de objeto indireto, ocorre, freqüentemente, a omissão da preposição, “especialmente a preposição *de*, e especialmente com o verbo *gostar*” (*Ibid.*: 381). Também, em estruturas adverbiais locativas (espaciais ou temporais), que contêm pronomes relativos, ocorrem as seguintes realizações variáveis: com a presença da preposição precedendo o relativo, que é a realização canônica, como em:

(13) *É o ídolo das empregadas domésticas na rua em que ele trabalha* (*Ibid.*: 82).

Em casos em que o sintagma nominal que é antecedente do pronome relativo já é preposicionado, é freqüente a omissão da preposição antes do pronome, como em:

(14) *Mais ou menos na época v que cheguei de Minas*. (P). (*Ibid.*: 383).

Também, a preposição é omitida antes do pronome relativo que funciona como complemento ou adjunto adverbial, mesmo nos casos em que não há preposição antes do sintagma nominal que precede o pronome relativo, como em:

(15) *Mas a época v que fomos para a rua Caraca todo o terreno encheu-se das festas dos pés de mamona [...]*. (*Ibid.*: 383).

Quanto ao *onde*, a Autora diz: “O pronome *onde* que possui antecedente é sempre equivalente a *em que*. Desse modo, nas seguintes estruturas, a expressão do locativo por *em que* corresponde à expressão pelo relativo *onde*.” Por exemplo:

(16) *A região em que vive Pedro Belmonte, o pampa, começa na campanha do Rio Grande do Sul, e abrange também o atual território uruguaio e o leste argentino*. (REA) (*Ibid.*: 386).

Como síntese parcial do que apresentam as gramáticas prescritivas, observa-se, em relação aos relativos e ao *onde*, uma progressiva inclusão desses na classe dos pronomes. A princípio só são considerados pronomes, os pessoais. Nas gramáticas normativas mais atuais inclui-se o *onde* na classe dos pronomes e dos advérbios, sendo considerado por alguns gramáticos como advérbio relativo.

Na gramática descritiva de Neves (2000), o *onde* é considerado um pronome; como advérbio, apenas na situação de interrogativo.

5. Análise dos dados

Como metodologia de trabalho, vão se verificar as ocorrências do *onde* e correlatos, distribuídos na Tabela 1, e, em seguida, de *que* e *o qual* preposicionados, distribuídos na Tabela 2. Para análise dos dados, vão se considerar as acepções desses localizadores e os valores semânticos atribuídos a eles nos contextos de uso. Em seguida, vai-se investigar se os usos estão conforme o padrão normativo expresso nas gramáticas ou nas tendências do português brasileiro, entrevistas nas próprias gramáticas, ou conforme descrições expressas em Neves (2000).

Localiza- dores	Valores	Acepções				Total
		Lugar em que (Permanência)	Lugar a que (Direção)	Lugar de que (Procedência)	Lugar por que (Meio)	
Onde	L concreto	51	–	01	–	52
	Lugar abstrato tempo ou noção	5	–	–	–	5
Aonde	L concreto	2	1	–	–	3
	Lugar abstrato tempo ou noção	–	–	–	–	–
Para onde	L concreto	–	3	–	–	3
	Lugar abstrato tempo ou noção	–	5	–	–	5
Por onde	L concreto	–	–	–	–	–
	Lugar abstrato tempo ou noção	–	–	–	1	1
De onde	L concreto	–	–	1	–	1
	Lugar abstrato tempo ou noção	–	–	1	–	1
Total		58	9	3	1	71

Tabela 1. Onde e correlatos. Fonte: APEB, Maço 6565, 6567, 6570, 6574, 6575, 6581 e 6582.

5.1. Onde e correlatos e que e o qual preposicionados.

Observa-se, na Tabela 1, que o *onde* apresenta 57 ocorrências, sendo 52 dessas com o sentido de *lugar em que*, indicando lugar concreto e 5 de lugar abstrato. O *onde* tem a maior frequência de uso, em relação aos seus correlatos, que somam 14 ocorrências. Há apenas uma ocorrência do *onde* com a acepção de procedência, significando um uso remanescente do sentido de origem desse item. No total, os usos lugar concreto do *onde* e correlatos suplantam os usos de lugar abstrato: são 57 ocorrências de lugar concreto para 12 de lugar abstrato, correspondendo a 80,3% e 16,9%, respectivamente.

Localizadores	Valores	Acepções				Total
		Lugar em que (Permanência)	Lugar a que (Direção)	Lugar de que (Procedência)	Lugar por que (Meio)	
<i>Em que</i>	L concreto	24	-	-	-	24
	Lugar abstrato tempo ou noção	37	-	-	-	37
<i>(Em) que</i>	L concreto	-	-	-	-	-
	Lugar abstrato tempo ou noção	2	-	-	-	2
<i>No(a) qual</i>	L concreto	3	-	-	-	3
	Lugar abstrato tempo ou noção	13	-	-	-	13
<i>Para o(a) qual</i>	L concreto	-	03	-	-	3
	Lugar abstrato tempo ou noção	-	34	-	-	34
<i>Para que</i>	L concreto	-	-	-	-	-
	Lugar abstrato tempo ou noção	-	7	-	-	7
<i>Pelo(a) qual</i>	L concreto	-	-	-	-	-
	Lugar abstrato tempo ou noção	-	-	-	3	3
<i>Em o(a) qual</i>	L concreto	-	-	-	-	-
	Lugar abstrato tempo ou noção	4	-	-	-	4
Total		83	44	-	3	130

Tabela 2. *Que* e *o qual* preposicionados. Fonte: APEB, Maço 6565, 6567, 6570, 6574, 6575, 6581 e 6582.

Na Tabela 2, há uma frequência maior de *em que*, em relação às outras formas. Do total de 130 ocorrências, 61 são de *em que* (46,9%) e dessas, 37 são de valor abstrato (60,6%). No uso total dessas formas, predomina o valor abstrato, são 30 usos de valor lugar concreto (30%), para 100 usos de valor abstrato. Seguem alguns exemplos do uso dos localizadores.

- (17) [...] *sem ter cadeiras próprias para os visitantes e os fiscaes do ensino descansarem no espaço de tempo V Que se demorão n'essa eschola [...] além das más condições Em Que geralmente se achão casa nessa Freguezia [...] bem vê V. Ex^a que pouca semelhança tem essa eschola com um estabelecimento Onde a infância deve achar a continuação da educação e instrução que lhe dá a família ou a sua regeneração.* (25 de agosto de 1881 – Professor do Curato da Sé)

Neste exemplo, tem-se um apagamento da preposição diante do *que*, um uso de *em que*, de valor abstrato, e um uso de *onde* de valor lugar concreto.

- (18) *Se porém, não forem bastante essas eloquentíssimas provas de meu zelo pelo serviço da instrução de meus pequenos patrícios; [...] junto ainda aqui nove attestados dos mais conceituados cidadãos e autoridades, quer deste, quer de outros lugares Aonde tenho exercido o magistério público [...]* (15 de junho de 1885 – Professor da Villa de Marahú).

Neste exemplo, tem-se um uso de *aonde* com valor de lugar concreto e acepção de permanência.

- (19) *Communico a V. Ex.^a que n'esta data assumi o exercício d'esta cadeira Para a qual fui removido por acto do Governo de 17 de março do corrente anno [...]* (19 de junho de 1888 – Professor de Santo Amaro da Purificação).

Neste exemplo, tem-se um uso de *para a qual* com valor de lugar abstrato e acepção de direção.

6. Considerações finais

Neste artigo, coloca-se sob enfoque a escolarização, a formação dos professores primários e suas correspondências, *corpus* para um estudo de natureza lingüística - o uso do *onde* e correlatos e o uso de *que* e *o qual* preposicionados - para verificar o que seus usos evidenciam, em termos de norma.

Segundo Pagotto (2001: 39), a constituição da norma culta escrita no Brasil está dividida em dois grandes períodos: um de fixação e outro de manutenção. Há, segundo o Autor, um pré-construído, uma escrita cunhada em fins do século XIX que funciona como paradigma que o discurso científico vai sustentar, posteriormente.

As gramáticas consultadas da segunda metade do século XIX e do início do século XX espelham, de alguma forma, as normas do português clássico, quanto aos usos variáveis do *onde* e correlatos; assim como em relação ao *onde* e ao sistema constituído pelo *que* e pelo *qual*. Por exemplo, Carneiro Ribeiro (1881, 1890) faz uma referência ao emprego pelos escritores e pelos clássicos do uso do *donde* por *onde*; também o emprego pelos escritores de *onde* por *que*, “já em relação às coisas, já com referencia às pessoas” (*Ibid.*: 308).

João Ribeiro (1905: 170) apresenta como formas equivalentes, *onde*, *por onde*, *em que*, *no qual*, *do qual*, *pelo qual*, etc. E diz que “no portuguez antigo o uso de *onde* era muito mais extenso, como se vê da edição do Graal” e apresenta os exemplos.

Esses posicionamentos se opõem à norma expressa pelos gramáticos contemporâneos, em que se estabelecem usos restritos para os sistemas constituídos pelo *onde* e correlatos, e pelo *que* e *o qual*. A despeito da rigidez da norma, esses sistemas estão em variação na fala, e também na escrita, no português do Brasil, conforme atestam estudos de Neves (2000).

Quanto à escrita dos professores primários, a questão posta, desde o início da pesquisa, é se o uso dos localizadores reflete as normas do português culto escrito de caráter lusitani-

zante, ou o português brasileiro culto e suas formas emergentes. O que os resultados da análise demonstram é que o uso dessas formas segue muito mais as novas normas do português culto escrito de caráter lusitanizante, que estão expressas nas gramáticas contemporâneas.

Nos dados, o *onde* tem a mais alta frequência de uso, e segue o padrão normativo das gramáticas do século XX, especialmente da segunda metade (Bechara 2000; Cunha & Cintra 1985). O *onde* varia com *em que*, *no qual*, sendo todas essas formas usadas com referência a espaço físico, mas a maior frequência de *em que*, *no qual*, *em o qual*, nos dados, é com usos abstratos, conforme recomenda a norma das gramáticas do século XX.

O apagamento da preposição na forma (*em*) *que*, tão frequente no português brasileiro contemporâneo, só apresenta duas ocorrências no *corpus*, valor nocional, demonstrando um uso já existente no português brasileiro falado.

O *onde* está em variação com *aonde* desde o século XIV (cf. Cambraia 2002; Mattos e Silva 1989) verificando-se que nunca deixou de existir, mas o padrão normativo da segunda metade do século XIX, que se mantém até os dias atuais, prevê usos diferenciados para essas duas formas. Nos dados, há apenas três usos do *aonde*, todos referentes a lugar concreto, dois usos indicando permanência, variando com o *onde*, e um uso na acepção de direção. Mantém-se a variação, mas há poucas ocorrências, evitando-se os usos variáveis.

O *para onde*, *para o qual* e *para que* têm uma frequência baixa, mas predominam usos abstratos. O *de onde* possui uma frequência baixíssima, mas apresenta a sua acepção antiga, de procedência, a acepção que era do *onde*, mas nos seus dois valores, um canônico, outro não.

Voltando-se o olhar para a escolarização, especificamente, para as políticas públicas, verifica-se que houve investimento oficial, no sentido de criar condições para que o ensino se efetivasse, a partir da promulgação de leis que regulamentaram a instrução pública. Mas existiu uma distância entre o pretendido e o que de fato se realizou. São os próprios Relatórios dos Diretores da Instrução Pública, as Falas de Presidentes, os documentos oficiais e extra-oficiais que esclarecem sobre essa questão.

No que se refere, particularmente, aos professores, apesar de existir a Escola Normal, essa não atendia à demanda; apesar de haver concursos públicos para admissão, nem sempre eles se realizavam de fato e, quando ocorriam, muitos candidatos passavam por apadrinhamento político. Em suma, não existiam meios mais eficientes que assegurassem a formação de todos os professores.

Apesar das adversidades, os dados levantados da escrita desses professores demonstram, entretanto, que os usos canônicos superam em muito os não canônicos, evidenciando que, de alguma forma, esses professores tiveram uma formação que lhes permitiu o uso da norma culta escrita da época.

Tem-se ainda a considerar, sobre a escrita desses professores, algumas questões que são discutidas pela sociolinguística e que servem de apoio para um maior entendimento sobre ela. A questão do valor social das variantes linguísticas, que definem uma posição do falante numa determinada sociedade, podendo significar-se como classe social, como grupo profissional etc. Uma vez difundidas certas variantes de prestígio, essas são assumidas pelos

que também querem se firmar socialmente. No caso dos professores, a sua correspondência é endereçada a um interlocutor de prestígio social, o Diretor da Instrução Pública da Província da Bahia, ajustar a gramática vem como um desejo de demonstrar competência ao escrever, fazendo jus ao cargo que ocupam. Tomando-se o título deste trabalho, “O uso do onde e de localizadores em correspondências de professores da Bahia oitocentista: evidências da norma lusitana ou do português brasileiro?” Responde-se à questão: há evidências da norma lusitana.

Referências

- Almeida, Napoleão Mendes (1955). *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 7.^a ed. São Paulo: Saraiva.
- Bechara, Evanildo (2005). *Moderna gramática portuguesa*. 37.^a ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Câmara Jr., Joaquim Mattoso (1976). *História e estrutura da língua portuguesa*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura.
- Cambraia, Cesar Nardelli (2002). Sobre as origens do “aonde” na Língua Portuguesa. In: M. A. Cohen, & Jânia Ramos (orgs.), *Dialeto mineiro e outras falas: Estudo de variação e mudança lingüística*. Belo Horizonte: UFMG.
- Cunha, Celso & Luís F. Lindley Cintra (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Faraco, Carlos Alberto (2008). *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Martins, Francisco Gonçalves (1871). *Falla*. Bahia: Typographia do Jornal da Bahia.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2008). Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. *Caderno de Letras da UFF. Dossiê: Literatura, língua e identidade* 34: 11-30.
- Neves, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.
- Nunes, Antonietta D’Aguiar (1999). A formação oficial de professores na Bahia imperial. *Revista da FAGED/UFBA* 2: 121-139.
- Nunes, Antonietta D’Aguiar (2004). A formação dos sistemas públicos de educação no século XIX e sua efetivação na província da Bahia. *Revista do Instituto História e Geográfico da Bahia* 99: 95-113.
- Nunes, Antonietta D’Aguiar (2008). A educação na Bahia Imperial. In: José Augusto Luz, & José Carlos Silva, *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 121-159.
- Pagotto, Emílio Gozze (1998). Norma e Condescendência; ciência e pureza. *Revista Línguas e instrumentos lingüísticos* 2: 49-68.
- Pagotto, Emílio Gozze (2001). Gramatização e Normatização: entre o discurso polêmico e científico. In: Eni P. Orlandi (org.), *História das idéias lingüísticas. Construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 39-70.
- Pinto, Edith P. (1986). *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Ribeiro, Ernesto Carneiro (1881). *Grammatica portugueza philosophica*. Salvador: Imprensa Econômica.
- Ribeiro, Ernesto Carneiro (1890). *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*. Salvador: Imprensa Popular.

- Ribeiro, João. (1887). *Exame de portuguez. Lições de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Comp.
- Ribeiro, João. (1905). *Grammatica Portugueza*. Curso Superior. 12.^a ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Bello Horizonte: Livraria Francisco Alves.
- Ribeiro, Julio (1881). *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typographia Jorge Seckler.
- Martins, Francisco Gonçalves (1870). *Relatório*. Bahia: Typographia do Jornal da Bahia..
- Souza, Emília Helena Portella Monteiro de (2003). *A multifuncionalidade do ONDE na fala de Salvador*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Instituto de Letras. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Souza, Emília Helena Portella Monteiro de (2007). O uso do “onde” e correlatos nas “Cartas do Maranhão” de Padre Antonio Vieira. *Estudos lingüísticos e literários* 35-36. 59-74. Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística. Bahia: Universidade Federal da Bahia.
- Tarallo, Fernando (1990). *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da lingua portuguesa*. São Paulo: Ática.
- Tarallo, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: Ian Roberts, & Mary Kato (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2.^a ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, 69-105.